

Novo ataque ao Park Sul

Tarciano Ricarto
Da equipe do **Correio**

O discurso em tom indignado não demorou cinco minutos, mas a arquiteta Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lucio Costa, centralizou as atenções do público mais do que qualquer outro palestrante do seminário *Brasília — Passado, Presente e Futuro*, que termina hoje. Ela sequer estava inscrita para falar, mas pediu a palavra e fez um desabafo: “Construir prédios de 27 andares ao lado da área tombada é uma das piores agressões que Brasília pode sofrer.”

Maria Elisa fez referência ao projeto de criação do Setor Habitacional Vertical Sul (SHVS), também chamado de Park Sul, que está em fase de estudo na Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). A idéia é construir prédios de até 27 pavimentos com 85 metros de altura, numa região de 725 mil m², que fica à margem do perímetro tombado e dentro de um parque ecológico. A proposta também prevê a construção de prédios de sete pavimentos, incluindo a cobertura.

Além do desabafo, a arquiteta sugeriu medida para evitar que empreendimentos nocivos ao tombamento, como o Park Sul, sejam construídos nas proximidades de Brasília. “Está mais que na hora de criar o entorno da área tombada”, aconselhou. O instrumento legal para formalizar a proposta de Maria Elisa existe desde 1937, segundo a arquiteta Tânia Battella, da Comissão de Política Urbana, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/DF).

“Trata-se do artigo 18 do De-

Gilberto Alves



INVASÃO FOI DERRUBADA PARA DAR LUGAR ÀS OBRAS DO PARK SUL: O PROJETO PREVÊ PRÉDIOS DE 27 ANDARES

creto Lei 25. Ele estabelece uma área em volta do bem tombado, como forma de protegê-lo de interferências tão próximas”, explica Battella. Para o arquiteto francês Raoul Pastrana, consultor do Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (Icomos), a criação dessa área poderia gerar um outro conflito. “Ficaria sempre a discussão sobre as regras que iriam valer nesse entorno. Seriam as leis da área tombada ou as que vigoram fora dela?”

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, Ivelise Longhi, garante que a criação dessa área de tutela será

ponto de discussão do Plano Diretor Estratégico de Brasília. “É claro que essa região do entorno imediato não vai passar pelas restrições da área interna, mas é certo que tenha que sofrer algumas restrições”, considera.

O projeto do Park Sul ainda não foi submetido à avaliação da secretaria. Ivelise Longhi garante que, por enquanto, não existe nada de concreto. “Tudo é muito preliminar. A Terracap está fazendo um estudo da potencialidade da área, avaliando para que ela serve”, detalha. Ela descarta qualquer possibilidade de aprovação do empreendi-

mento, se for irregular. “Para que uma proposta dessas se efetive, precisa receber o aval de todas as áreas envolvidas.”

A construção do Park Sul é polêmica dentro do próprio governo. Enquanto o governador Joaquim Roriz (PMDB) afirma desconhecer o projeto, a Terracap publica no Diário Oficial do DF contrato firmado com uma empresa, para realizar um estudo de impacto de vizinhança da obra. A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente (Prodema) entrou semana passada com uma ação na Justiça, pedindo a suspensão do projeto.

“Construir prédios de 27 andares ao lado da área tombada é uma das piores agressões que Brasília pode sofrer.”

MARIA ELISA COSTA
Arquiteta

“Tudo é muito preliminar. A Terracap está fazendo um estudo da potencialidade da área, avaliando para que ela serve.”

IVELISE LONGHI
Secretária de Desenvolvimento e Habitação do DF

“Ficaria sempre a discussão sobre as regras que iriam valer nesse entorno. Seriam as leis da área tombada ou as que vigoram fora dela?”

RAOUL PASTRANA
Consultor do Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (Icomos)